

REIVINDICAR EM ORDEM

HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS*
Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas

No Brasil existe grande concentração de renda e de propriedade. Deste fato decorre uma série de outros, como a fome , o desemprego, as desigualdades sociais e regionais.

Como consequência lógica à concentração de propriedade surgiram os movimentos sociais de luta pela terra que conseguiram a simpatia dos excluídos, aqueles que estão à margem da sociedade sem perspectivas de vida, sem sonhos. Organizaram-se e a décadas vêm reivindicando novos assentamentos de terra.

Ocorre que distorções vêm surgindo do âmago das reivindicações e lutas. Desta forma, hoje são freqüentes saques de mercadorias, pedágios e invasões de terras de maneira desenfreada.

O governador do Estado em exercício, José Abílio; o presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, desembargador Washington Luiz; os desembargadores Estácio Luiz Gama de Lima, corregedor - geral da Justiça; o desembargador Humberto Martins, presidente da Câmara Criminal do TJ/AL; os deputados Celso Luiz, Sérgio Toledo e Nelito Gomes de Barros, respectivamente presidente, líder do governo e presidente da Comissão de Agricultura do Poder Legislativo, reuniram-se, quinta-feira, às primeiras horas da noite, no gabinete do chefe do executivo, no Palácio Marechal Floriano Peixoto, para uma troca de idéias sobre a situação de insegurança criada em Alagoas pela ação de algumas facções dos chamados trabalhadores sem-terra.

A reunião aconteceu por iniciativa do Poder Judiciário, que recebeu, Segunda-feira, 25, tarde, no Salão Nobre do TJ/AL, uma

comissão de dirigentes das principais atividades econômicas de Alagoas, integrada pelo presidente da Federação da Agricultura de Alagoas, ruralista Álvaro Almeida; pelo presidente da Federação do Comércio, empresário Canuto Medeiros de Castro; pelo diretor da Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar e Alcool de Alagoas, empresário José Aprigio Brandão Vilela; pelo presidente da Federação das Indústrias de Alagoas, empresário José Carlos Lira; pelo presidente da associação dos Criadores de Alagoas, Álvaro Vasconcelos, acompanhado de dois diretores da entidade, pecuaristas Celso Correia e Ricardo Correia; pelo presidente do Sindicato da Construção Civil, empresário José Nogueira, e pelo advogado Paulo Brêda, que defende, na justiça, fazendeiros que tiveram suas glebas produtivas invadidas e ocupadas pelos sem-terra, há longo período.

O Brasil precisa, sem dúvida, de uma reforma agrária que proporcione mais acesso à terra aos que não tem. Mas os limites para os movimentos reivindicatórios é a Lei. Razão porque atos de vandalismo devem ser apurados e punidos.

A legítima propriedade é garantia aos seus donos. Sem respeito e cumprimento às decisões judiciais que determinam reintegrações de posse, viola-se o Estado de Direito.

A opinião pública de Alagoas espera que Executivo, Legislativo e Judiciário cumpram com o seu dever.